



LAVA JATO: 10 ANOS

Autodefesa de políticos e STF, e erros internos, abateram operação

Declínio da investigação deixa incertezas sobre o real e efetivo legado da bandeira anticorrupção no País

RAYSSA MOTTA
FAUSTO MACEDO
SÃO PAULO
JULIA AFFONSO
BRASILIA

Há exatos dez anos, uma operação da Polícia Federal foi deflagrada para desvendar o que parecia ser um esquema prosaico de lavagem de dinheiro envolvendo um velho conhecido da Justiça do Paraná, o doleiro Alberto Youssef, e um posto de gasolina em Brasília. Youssef — que fora personagem destacado do caso Banestado — foi preso em um hotel, em São Luís (MA), em 17 de março de 2014. Três dias depois, a PF capturou, por ordem do então juiz federal Sérgio Moro, o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, que havia recebido um carro importado do doleiro.

Na última década, a operação batizada de Lava Jato por causa do posto de gasolina da capital federal mexeu no xadrez político nacional e internacional. Por aqui, enquadrados criminalmente e prenderam ex-presidentes da República, parlamentares, grandes empreiteiros do setor de infraestrutura, doleiros e ex-dirigentes da Petrobras, apanhados no mais significativo escândalo de corrupção e cartel já visto no País.

Até hoje foram recuperados cerca de R\$ 2 bilhões para os cofres públicos por meio de acordos de delação premiada e de leniência homologados pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

APOGEU E DECLÍNIO. A mais alta Corte do País, porém, foi protagonista do apogeu e do declínio da ambiciosa operação. Avalista da Lava Jato nos primeiros anos da investigação, o STF passou a impor derrotas severas à operação, sobretudo depois que vieram a público mensagens hackeadas de Moro e procuradores sediados em Curitiba. Abusos na condução de processos e uma compreensão excessivamente ampla da competência judicial da 13.ª Vara Federal da capital paranaense foram elementos centrais para a ruína da investida

anticorrupção, com anulação de processos e condenações.

Além disso, políticos se movimentaram para afrouxar instrumentos legais de controle da corrupção e blindar a própria classe. Empresas que confessaram repasses bilionários de propinas buscam agora a revisão ou a anulação de seus acordos de leniência.

No atual cenário, protagonistas da operação, como Moro (hoje senador pelo União Brasil) e o ex-procurador Delтан Dallagnol estão na mira da Justiça. Ambos trocaram o sistema de Justiça pela política, o que contribuiu para afetar a credibilidade da Lava Jato. Dallagnol se elegeu deputado federal e foi cassado; Moro pode ter o mesmo destino.

SISTEMAS. A jurisprudência contestada da operação e as reações política e do próprio Judiciário — baseadas num sentimento de autoproteção, segundo a cientista política Fabiana Rodrigues — deixam dúvidas sobre o real e efetivo legado da Lava Jato no combate à corrupção.

Responsável por pesquisa do grupo Judiciário e Democracia (Jude), da USP, que tomou a forma do livro *Lava Jato: Aprendizado Institucional e Ação Estratégica na Justiça* (WMF Martins Fontes), Fabiana, que também é juíza federal, aponta uma ten-



DIDA SAMPAIO/ESTADÃO

2



1. Lula depõe a Moro, em 2017, sobre o triplex
2. Alberto Youssef; doleiro foi preso há exatos 10 anos
3. Ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa; 1º delator, morreu em 2022

tativa “de proteção do próprio sistema de Justiça, da imagem do Judiciário e do Supremo”. “Outro ponto é que o resultado da Lava Jato não foi o esperado. Não houve simplesmente alternância de poder, de sair o PT. Surgiu uma liderança autocrata de extrema direita que desorganizou todo o sistema político-partidário. A ‘Vaza Jato’ também traz elementos que indicam que a Lava Jato era tão ambiciosa e tinha tão pouco

freio que queria atingir ministros do STF, do TCU, do STJ... Aflora também um elemento de autoproteção”, afirmou.

MINISTÉRIO. A Lava Jato perdeu força a partir de 2018, quando o então juiz Sérgio Moro aceitou o convite de Jair Bolsonaro, que acabara de se eleger presidente, para assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública. O movimento político do magistrado, que ha-

Cruzadas anticorrupção: entre esperança e cinismo

ANÁLISE

CARLOS PEREIRA

Cruzadas anticorrupção, normalmente desencadeadas por procuradores e juízes por meio de ações estratégicas coordenadas em torno de forças-tarefa, têm um grande potencial disruptivo na sociedade.

Por um lado, encham cida-

dãos de esperança de que é possível desenvolver ações concretas e efetivas de combate à corrupção. Entretanto, o esforço legítimo das ações anticorrupção de juízes e procuradores zelosos com o bem público, quando interagem com as preferências dos eleitores, tendem a transformar esperança em cinismo.

Essa é uma das principais mensagens de *Prosecutors, Voters, and the Criminalization of Corruption in Latin America*, li-

vro recém-lançado da cientista política e professora da Universidade Federal de Pernambuco Nara Pavão e coautores.

Para eles, cruzadas anticorrupção, como as ocorridas na Mãos Limpas ou na Lava Jato, mesmo quando alvissareiras, fazem com que a esperança gerada pelo combate coordenado a “crimes de colarinho branco” tenha fôlego curto. Argumentam que as investigações rapidamente acumulam controvérsias que polarizam a sociedade e geram frustrações. Como consequência, o cinismo político geralmente sai vencedor.

Para alguns eleitores, os métodos não convencionais utilizados em cruzadas anticorrup-

ção são necessários e justificáveis. Já para outros, tais ações trazem riscos e ameaças ao devido processo legal, que as enxergam como se fossem politicamente motivadas.

Naturalmente que uma base mínima de confiança dos eleitores na Justiça é ingrediente fundamental. Quando cidadãos já confiam nos tribunais e nos procuradores, é mais provável que suas decisões sejam mais aceitas pela sociedade. Mas a variável-chave para que cruzadas anticorrupção sejam interpretadas pela sociedade como virtuosas e produtivas ou, por outro lado, como geradoras de desconfiança e cinismo, é a percepção de que a investigação realizada pelos procuradores e

o julgamento feito pelos juízes sejam justos e eficientes.

A satisfação dos eleitores tanto com as investigações como pelo julgamento importa porque ajuda no fortalecimento do que os autores chamam de “mito da legalidade”, espécie de capital simbólico obtido com a aplicação imparcial de ritos e procedimentos judiciais que proporcionaria entusiasmo e esperança da sociedade com a própria política e a democracia.

O problema é que o julgamento quanto à imparcialidade de cruzadas anticorrupção feito pelos eleitores não é livre de vieses. ●

COLUNISTA DO 'ESTADÃO'